



Interpelação Escrita

De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, o número total de nascimentos dos últimos três anos (2010 a 2012) em Macau foi de 18 281 nados-vivos¹. Só no ano passado, este número atingiu 7315 nados-vivos, um aumento de 25% em relação ao período homólogo e, no 1.º semestre do presente ano, registaram-se 3133 nados-vivos. No entanto, o número actual de vagas das creches² em Macau é por volta de 6600, número este que já inclui as das cinco novas creches que vão entrar em funcionamento no presente ano, pelo que não há margem para dúvidas que existe, de facto, insuficiência de vagas, e a sociedade está preocupada com a deterioração desta situação no próximo ano.

De facto, em Julho passado, os serviços competentes propuseram 8 medidas a fim de responder, a título experimental, às necessidades de creches, nomeadamente, o prolongamento da abertura destas, creches aos fins-de-semana e feriados, e serviços de creches temporários e para casos de emergência, contudo, até à data ainda não conseguimos notar as medidas concretas de diminuição da “dificuldade em encontrar uma vaga nas creches”, assim como resolver a questão da entrada nas creches fora da área de

¹ Dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos - Estimativas da população, estatísticas dos nascimentos e óbitos, e dos casamentos e divórcios.

² Pág. A1 do Jornal *Macao Daily* do dia 25 de Fevereiro de 2013: “Grande concorrência para os bebés do ano do dragão que querem uma vaga na creche”



residência. A sociedade acha que, para a resolução destas questões, há insuficiência de actos concretos e de uma calendarização por parte dos serviços competentes, e até parece que estão a deixar arrastar a questão da “dificuldade em encontrar uma vaga nas creches”, pois não há interesse em resolvê-la. Mais, há dias os serviços competentes afirmaram que tinham um plano de cooperação com uma entidade não-governamental com vista a promover o serviço de creches que tem “por base as zonas comunitárias”, recrutando “amas das zonas comunitárias” com o objectivo de prestar um serviço de creches mais flexível aos encarregados de educação³. Porém, ninguém especificou claramente o conceito sobre as “amas das zonas comunitárias” e o seu modo de funcionamento, levando a muitas opiniões e palpites sem fundamento, na sociedade. Pelo exposto, grande parte da população acha que os serviços competentes não têm um plano geral sobre a questão das creches, apenas dando a conhecer algumas informações com vista a testar as reacções e a ouvir as opiniões da sociedade, sem conseguir resolver as questões.

Para além disso, os serviços competentes referiram que muitas crianças têm quem cuide delas em casa, mas os encarregados de educação preferem que estas ingressem nas creches porque julgam que, se isso não acontecer, não conseguem matricular-se numa escola, pelo que esta situação alterou a

³ Pág. A3 do Jornal *Macao Daily* do dia 9 de Outubro de 2013: “os serviços competentes querem implementar o serviço das “amas das zonas comunitárias” com vista a aliviar a questão da falta de creches”



natureza inicial das creches e aumentou em flecha as necessidades destes serviços. Contudo, os encarregados de educação estão bastante contra esta opinião, pois acham que estas palavras mostram a fuga de responsabilidades por parte dos serviços competentes. De facto, com o desenvolvimento da sociedade, é natural que os pais estejam cada vez mais preocupados com a educação pré-escolar dos seus filhos, pois esperam que estes se habituem a conviver em sociedade, a aprender em conjunto e a conseguir cuidar de si próprios, entre outras questões. Assim, será que os encarregados de educação estão errados ao ter estas preocupações? Para além disso, em relação às referidas afirmações, a sociedade acha que actualmente os serviços competentes exigem com bastante rigor o número proporcional de educadores de infância qualificados em relação ao número de crianças por cada creche, pelo que as referidas afirmações são contraditórias quando se refere que as creches não são um tipo de pré-ensino e que é indiferente frequentar ou não uma creche para ingressar numa escola.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Perante cerca de 19 000 crianças em idade de ingressar numa creche, apenas temos um pouco mais de 6000 vagas. Quais são as medidas concretas, de curto prazo, que o Governo possui para apoiar um grande número de crianças que necessitam do serviço de creche? De acordo com



os censos do ano passado da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, existem mais de 212 000 indivíduos na faixa etária dos 20 aos 39 anos, pelo que podemos prever que a taxa de natalidade irá continuar em alta. Pelo exposto, o Governo já fez alguma previsão científica sobre o número de nascimentos dos próximos anos? Ao mesmo tempo, com vista a atingir o princípio da governação a favor da população, vai o Governo fazer uma revisão geral dos actuais serviços das creches, ajustando ou aumentando adequadamente estes serviços em diferentes zonas comunitárias, com o objectivo de resolver o problema das crianças frequentarem creches fora da sua zona de residência? Os serviços competentes sugeriram o serviço de creches que tem “por base as zonas comunitárias”. Qual o seu significado? Qual é o conceito das “amas das zonas comunitárias”? Como tudo isto funciona?

2. Os serviços competentes sempre referiram que as creches servem para apoiar os pais que precisam de ir trabalhar e que não têm ninguém para cuidar das crianças, pelo que a função da creche serve para complementar o apoio às famílias. Contudo, com o constante desenvolvimento económico de Macau, aumentaram as famílias onde tanto o pai como a mãe trabalham, pelo que a sociedade necessita cada vez mais do serviço das creches. Pelo exposto, vão os serviços competentes reavaliar e redefinir a natureza do serviço das creches de Macau? Têm alguma



medida de apoio para as famílias que não conseguiram uma vaga na creche para as suas crianças? A sociedade acha que existe contradição nas palavras dos serviços competentes, nomeadamente, quando referem que a creche não é um tipo de pré-ensino, sendo indiferente frequentar ou não uma creche para ingressar numa escola, exigindo, contudo, com bastante rigor, educadores de infância qualificados para as creches. Qual a razão para esta possível contradição? Os recursos humanos das creches de Macau foram sempre insuficientes. Pelo exposto, quais são as medidas dos serviços competentes para resolver as futuras necessidades de recursos humanos das creches, com vista a garantir o desenvolvimento a longo prazo e a estabilidade deste serviço?

3. Alguns representantes do sector do jogo referiram que, actualmente, 48% dos trabalhadores desta indústria têm menos de 35 anos⁴, pelo que o número de trabalhadores jovens deste sector que vão constituir família e procriar irá de certeza aumentar. Contudo, com as especificidades, nomeadamente, do trabalho por turnos, e a restrição de se ausentarem do local de trabalho nas horas de serviço, entre outras questões, os trabalhadores deste sector necessitam cada vez mais dos serviços das creches. Pelo exposto, os serviços competentes devem implementar, nomeadamente, uma das referidas oito medidas que é o “incentivo e apoio

⁴ Pág. A6 do Jornal *Macao Daily* do dia 14 de Outubro de 2013: “Associações: deve-se analisar melhor o conceito das “amas das zonas comunitárias”



às grandes empresas, em especial, às empresas do sector do jogo, para a prestação do serviço de creches aos filhos dos seus trabalhadores”, com vista a promover que as principais indústrias de Macau se responsabilizem pelas necessidades da sociedade. Os serviços competentes vão fazer isto? Existe alguma calendarização em concreto para este trabalho?

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Wong Kit Cheng

18 de Outubro de 2013